



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.cesit.net.br/carta-04-crescimento-economico-mercado-de-trabalho-politicas-publicas-e-pobreza>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2006 by UNICAMP/IE/CESIT. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

DOMICÍLIOS DE BAIXA RENDA E MERCADO DE TRABALHO

Paulo Baltar¹
Eugênia Leone¹
Alexandre Gori Maia²

Este ensaio faz um estudo da recente diminuição da frequência de domicílios de baixa renda no Brasil, tentando associar este fenômeno com o desempenho da economia e o mercado de trabalho, por um lado; e, por outro, com a ampliação dos benefícios do sistema de proteção social e a política de valorização do salário mínimo.

É preciso salientar que houve uma preocupação explícita para evitar que se interpretasse a menor frequência de domicílios de renda muito baixa como indicativa de diminuição da extensão da pobreza no país. Entende-se que, para avaliar a situação de pobreza, a renda domiciliar é importante, porém insuficiente para caracterizar mudanças nos níveis de privações das pessoas. A situação de pobreza em termos de carências, inclusive de infra-estrutura, é tão grave, que um pequeno aumento da renda domiciliar *per capita* altera muito pouco o bem-estar das pessoas afetadas.

Este texto está organizado em três itens, além desta breve introdução e da conclusão. No primeiro, apresenta-se um quadro sucinto do desempenho recente da economia e do mercado do trabalho. No segundo, analisam-se as mudanças na distribuição dos domicílios por faixas de renda *per capita*, considerando-se principalmente o que aconteceu nas faixas de menor renda. Por último, examina-se o papel das mudanças no mercado de trabalho, no aumento da renda dos domicílios.

As análises baseiam-se nas informações da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) – do IBGE, para os anos de 2002 e 2005. Os valores monetários de 2002 foram convertidos para Reais (R\$) de outubro de 2005, a partir do INPC. Para analisar as mudanças na distribuição dos domicílios por faixas de renda *per capita*, em relação a uma linha de pobreza, demarcou-se a linha de pobreza em R\$ 150, correspondente a 1/2 salário mínimo de 2005.³ Para obterem-se os rendimentos domiciliares, excluíram-se da composição da renda domiciliar os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes do empregado doméstico. Para tornar comparáveis as informações correspondentes aos anos considerados, foram excluídos, do ano de 2005, os residentes das áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.⁴

Seguindo as definições do IBGE, foram classificados como “ocupados” as pessoas com 10 anos ou mais de idade, que desempenhavam atividade remunerada na semana de referência, ou atividade não remunerada com jornada igual ou superior a 1 hora na semana (inclusive autoconsumo e construção para uso próprio). Pessoas em idade ativa (10 anos ou mais de idade) que não estavam ocupadas, mas procuraram trabalho na semana de referência, foram classificadas como “desempregadas”.

¹ Professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit). Os autores agradecem à bolsista de Iniciação Científica do CNPq Camila de Santos Matos Freitas Ribeiro pela revisão preliminar do texto.

² Pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit).

³ Ver ao respeito, Kageyama e Hoffmann (2006).

⁴ Apenas a partir de 2004 a PNAD passou a incorporar em sua abrangência territorial as áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

1 Economia e mercado de trabalho

A economia brasileira e o mercado de trabalho foram afetados pela intensa entrada de capital que aconteceu no Brasil entre 1993 e 1997. A situação alterou-se radicalmente depois da crise da Ásia em 1997. Os indicadores de desempenho de atividade da economia brasileira (PIB, inflação e comércio exterior) mostram que o crescimento do PIB foi muito contido depois de 1997, a inflação tendeu a aumentar, depois da desvalorização do Real em 1999, e as exportações só cresceram intensamente com a retomada da economia mundial, depois de 2002 (Tabela 1).

As prioridades da política macroeconômica foram preservar o valor dos ativos financeiros e evitar o aumento da inflação, ameaçados pela fuga de capital e a desvalorização do Real. Para evitar a fuga de capital e conter a desvalorização da moeda, restringiu-se fortemente a expansão monetária, de modo a manter altas as taxas de juros. A desvalorização do Real, que elevou o custo de operação do aparelho produtor de bens, tendeu a provocar aumento da inflação. A elevação da inflação aconteceria caso o aumento do custo de operação do aparelho produtor de bens fosse repassado para os preços e os trabalhadores reajustassem seus salários para não perder poder de compra. O alto nível das taxas de juros, de um lado, contendo a fuga de capital, evitou uma maior desvalorização do Real e, de outro, mantendo baixa a atividade da economia, dificultou o repasse dos custos a preços e o reajuste nominal dos salários. Esta estratégia, entretanto, defrontou-se com uma séria dificuldade decorrente de a dívida pública já ter importância considerável em relação à base tributária. Uma novidade, que viabilizou no Brasil aquela política macroeconômica, foi a intensa ampliação da carga tributária de 25% para 38% do PIB, lograda basicamente pelas contribuições sociais previstas para financiar a implantação de um complexo sistema de proteção social no país (Baltar; Leone, 2006).

Tabela 1. Atividade econômica, inflação e comércio exterior. Brasil: 1997-2005

Anos	Crescimento do PIB	Inflação	Export (*)	Import (*)	Saldo Comércio (*)
1997	-	-	53,0	59,7	-6,7
1998	0,1	3,9	51,1	57,7	-6,6
1999	0,8	4,6	48,0	49,2	-1,2
2000	4,4	6,4	55,1	55,8	-0,7
2001	1,3	7,3	58,2	55,6	2,6
2002	1,9	9,8	60,4	47,2	13,2
2003	0,5	16,9	73,1	48,3	24,8
2004	4,9	7,0	96,5	62,8	33,7
2005	2,3	6,1	118,3	73,6	44,7

Fonte: Indicadores DIESP, vários anos.

Obs: (*) bilhões de dólares

A elevação da carga tributária possibilitou a obtenção de um superávit primário de 5% do PIB, que permitiu ao governo pagar metade dos juros da dívida pública com receita corrente. O crescimento do PIB, entretanto, foi reprimido pela contenção da expansão monetária, que manteve elevado o nível das taxas de juros, prejudicando o consumo e o investimento; e pela redução do investimento público, feita para lograr o superávit primário. Com o pouco crescimento do PIB, o aumento do custo do aparelho produtor de bens, resultante da desvalorização do Real, não foi plenamente repassado para os preços e os trabalhadores não puderam defender com eficácia o poder de compra dos salários. Assim, o superávit primário permitiu administrar a dívida pública, apesar do elevado nível das taxas de juros, que conteve a fuga de capital e minimizou a desvalorização da riqueza financeira, além de ter evitado maior inflação, que chegou a 17% em 2003, mas recuou, e hoje se situa em menos de 5%. Deste ponto de vista, a estratégia teve êxito, mas sacrificou o crescimento do PIB e o poder de compra dos salários (Baltar; Leone, 2006).

O aumento das exportações brasileiras desde 2002, no contexto de atividade contida da economia, ampliou enormemente o saldo de comércio exterior do país, que passou de US\$ 2,6 bilhões para US\$ 44,7 bilhões, entre 2001 e 2005. Este saldo comercial possibilitou superávit de conta corrente do balanço de pagamento, permitindo diminuir a dívida externa e ampliar o volume das reservas internacionais (atualmente da ordem de 75 bilhões de dólares), aconteceu também como nos melhores momentos de forte entrada de capital, na década de 90.

Os objetivos prioritários, de preservar o valor dos ativos financeiros e de manter baixa a inflação, prejudicaram o desempenho da atividade econômica, apesar das condições favoráveis da economia e do comércio mundiais. O pequeno investimento público e os efeitos das altas taxas de juros e da restrição no atendimento da demanda de crédito em moeda nacional sobre o consumo e o investimento contraíram o crescimento do PIB. O enorme saldo de comércio, juntamente com os efeitos das altas taxas de juros sobre operações financeiras de residentes e não-residentes no país, baixou o preço do dólar e prejudicou investimentos destinados a aumentar e a melhorar a capacidade de exportação do país e a desenvolver a produção doméstica que compete com importações.

A atividade econômica ficou muito contida, mas o quadro geral do mercado de trabalho, depois de 2002, é muito diferente do que prevaleceu na década anterior, com a forte entrada de capital no país (Baltar; Krein; Moretto, 2006; Leone, 2006; Dedecca; Rosandiski, 2006). A redução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, florestais e de pesca tornou-se muito menor; o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas tornou-se mais intenso, apesar do escasso crescimento do PIB; aumentou o ritmo de crescimento do emprego em estabelecimento e o grau de formalização das relações de trabalho neste tipo de emprego; com o aumento das exportações, as grandes empresas voltaram a aumentar o emprego; diminuíram o ritmo de crescimento do emprego no serviço doméstico remunerado, do trabalho por conta-própria e do número de pequenos empregadores; diminuiu significativamente, também, o número de pessoas que trabalham sem remuneração (familiares que ajudam os trabalhadores por conta-própria e estagiários).

Além das alterações do mercado de trabalho, é importante levar em conta que desde o final da década anterior encontra-se em operação o sistema de proteção social montado pela Constituição de 1988, que foi complementado por esquemas de transferências de renda menos solidamente institucionalizados, como o programa Bolsa-Família. Ademais, houve uma política de restauração do valor do salário mínimo, que tem afetado positivamente os benefícios da proteção social e os pisos dos salários das diversas categorias profissionais.

2 Renda dos domicílios

A renda total dos domicílios atingiu R\$ 78,938 bilhões no mês de referência da última PNAD, tendo aumentado 7,3% entre 2002 e 2005, percentual bem próximo aos 8,0% do aumento do PIB. No mesmo período, o número total de domicílios passou de 48,084 para 52,281 milhões (aumento de 8,7%). Dado que a ampliação do número de domicílios foi maior do que a renda total dos domicílios, a renda média dos domicílios diminuiu de R\$ 1.530 para R\$ 1.510 (redução de 1,3%, ou R\$ 20 de poder aquisitivo de outubro de 2005). O número de pessoas residentes nos domicílios passou de 172,763 para 180,397 milhões (aumento de 4,4%, refletindo o ritmo de crescimento demográfico do país, de 1,4% ao ano). Como o aumento do número de pessoas residentes nos domicílios foi menos intenso do que o aumento do número de domicílios, o número médio de pessoas por domicílio diminuiu de 3,59 para 3,45 pessoas, ou seja,

redução de 3,9% nos três anos. Além disso, como a queda do número médio de pessoas por domicílio foi maior do que a diminuição da renda média dos domicílios, a renda domiciliar *per capita* aumentou de R\$ 426 para R\$ 438, ou seja, 2,8% ou R\$ 12, de outubro de 2005.

A renda total dos domicílios aumentou tão pouco quanto o PIB, mas a dinâmica demográfica brasileira continuou a fazer aumentar o número de domicílios e a diminuir o número de pessoas por domicílios, fazendo com que o parco aumento da renda total dos domicílios se manifestasse em menor renda média e maior renda *per capita* (Leone; Maia; Baltar, 2006). Essa dinâmica demográfica vem contribuindo para aumentar os pesos relativos das famílias sem filhos (unipessoal e casal sem filhos) e reduzir o número de pessoas nas famílias de maior tamanho (casal com filhos e famílias estendidas/compostas). As famílias constituídas de mãe ou pai com filhos apresentam tamanho intermediário e vêm mantendo as participações no total de famílias (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição e tamanho das famílias conforme as estruturas familiares. Brasil 2002 e 2005

Famílias	Famílias		Pessoas por família	
	2002	2005	2002	2005
Unipessoal	9,3	10,4	1,00	1,00
Casal sem filhos	12,3	13,4	2,00	2,00
Casal com filhos	47,6	45,3	4,10	4,03
Mãe com filhos	14,8	15,1	2,75	2,71
Pai com filhos	1,7	1,8	2,73	2,59
Estendida/composta	14,3	13,9	4,00	3,86
Total	100,0	100,0	3,32	3,19

Fonte: PNAD-IBGE.

A renda domiciliar *per capita* aumentou ligeiramente e houve modificação mais substancial na distribuição dos domicílios em função da renda *per capita*. Diminuiu o número de domicílios com renda *per capita* menor do que 90% da linha de pobreza adotada e de renda *per capita* entre 105% a 120% da linha de pobreza, tendo aumentado expressivamente o número de domicílios com renda *per capita* de 90% a 105% e mais de 120% da linha de pobreza (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição dos domicílios segundo renda *per capita*, em linhas de pobreza (LP). Brasil 2002 e 2005.

Faixas de renda <i>per capita</i> em linhas de pobreza (LP) ⁽¹⁾	2002		2005		Variação	
	domicílios	%	domicílios	%	2000 - 2005	%
menos de 0,80 LP	9.783.362	20,3	9.160.903	17,5	(622.459)	-6,4
0,80 a 0,90 LP	2.373.162	4,9	1.634.199	3,1	(738.963)	-31,1
0,90 a 0,95 LP	522.169	1,1	583.007	1,1	60.838	11,7
0,95 a 1,00 LP	569.286	1,2	646.435	1,2	77.149	13,6
1,00 a 1,05 LP	772.276	1,6	1.616.988	3,1	844.712	109,4
1,05 a 1,10 LP	674.198	1,4	585.894	1,1	(88.304)	-13,1
1,10 a 1,20 LP	1.390.979	2,9	1.349.882	2,6	(41.097)	-3,0
1,20 e mais LP	31.028.272	64,6	35.772.276	68,5	4.744.004	15,3
ignorados	970.573	2,0	931.384	1,8	(39.189)	-4,0
Total	48.084.277	100,0	52.280.968	100,0	4.196.691	8,7

Fonte: PNAD-IBGE.

(1) Linha de pobreza de 0,5 salário mínimo de 2005, ou seja,

Agrupando as faixas de renda *per capita* em função das variações do número de domicílios,⁵ observa-se que 25,3% dos domicílios em 2002 e somente 20,6% em 2005 se situavam na faixa de renda abaixo de 90% da linha de pobreza (Tabela 4). A proporção de pessoas residentes nesses domicílios de renda *per capita* muito baixa diminuiu de 32% para 27,3%, conseqüência do deslocamento de 11,2% dos domicílios de renda muito baixa para as faixas com nível superior a 90% da linha de pobreza.

Tabela 4. Distribuição dos domicílios e das pessoas segundo renda *per capita*, em linhas de pobreza (LP) e tamanho médio dos domicílios. Brasil 2002 e 2005.

Faixas de renda <i>per capita</i> em linhas de pobreza (LP) ⁽¹⁾	2002			2005		
	Domicílios %	Pessoas %	Tamanho médio	Domicílios %	Pessoas %	Tamanho médio
menos de 0,90 LP	25,3	32,0	4,6	20,6	27,3	4,6
0,90 a 1,05 LP	3,9	4,7	4,3	5,4	5,9	3,8
1,05 a 1,20 LP	4,3	4,7	4,0	3,7	4,4	4,1
1,20 e mais LP	64,5	56,5	3,2	68,4	60,5	3,1
ignorados	2,0	2,1	3,7	1,8	1,8	3,5
Total	100,0	100,0	3,6	100,0	100,0	3,5

Fonte: PNAD-IBGE.

(1) Linha de pobreza de 0,5 salário mínimo de 2005, ou seja, R\$150,00.

Ainda que o período considerado seja curto (três anos), a dinâmica demográfica atua no sentido de ampliar o número de famílias e reduzir seu tamanho médio, medido pelo número de pessoas por família. Neste contexto, o deslocamento de domicílios para faixas de maior renda *per capita* foi muito expressivo no caso de domicílios com menor número de pessoas. Por esse motivo, o tamanho médio dos domicílios com renda *per capita* inferior a 0,90 linha de pobreza praticamente não se alterou.

A faixa de renda *per capita* de 90% a 105% da linha de pobreza apresentou um aumento de 52,7% no número de domicílios, ou seja, o número de domicílios que se deslocou das faixas inferiores ultrapassou o número de domicílios que se deslocou dessa faixa para as faixas de renda superior. O tamanho médio dos domicílios com renda *per capita* de 90% a 105% da linha de pobreza era pouco menor que o tamanho médio da faixa de menos de 90% da linha de pobreza. A tendência à ampliação do número de domicílios e à redução do tamanho médio, neste caso, não foi compensada pelos deslocamentos de domicílios entre faixas de renda *per capita*, mas, pelo contrário, este deslocamento reforçou aquela tendência.

Na faixa de 105% a 120% da linha de pobreza, o número de domicílios diminuiu 6,3%, e o tamanho médio praticamente não se alterou. A maior saída do que a entrada de domicílios nessa faixa impediu a tendência à ampliação do número de domicílios e à redução do tamanho médio.

Por fim, a faixa de renda *per capita* 120% superior à linha de pobreza foi a única em que um aumento do número de domicílios de 15,3% ocorreu junto com uma queda, muito pequena, do número médio de pessoas por domicílio. O tamanho médio dos domicílios dessa classe é muito menor em relação ao das demais. Desta forma, apesar dos domicílios que se deslocaram para essa faixa terem um tamanho relativamente pequeno em relação ao tamanho médio da faixa em que se encontravam, este tamanho provavelmente é expressivo para a faixa de renda *per capita* superior a 120% da linha de pobreza, fazendo com que o deslocamento de domicílios atue como fator compensador dos efeitos da dinâmica demográfica (que tende a ampliar o número de domicílios e reduzir o seu tamanho).

⁵ Em outras palavras, foram agrupadas as faixas de menos de 0,80 LP e de 0,80 a 0,90 LP (que apresentaram variações negativas) numa só faixa, de menos de 0,90 LP; as faixas de 0,90 a 0,95; de 0,95 a 1,00 e de 1,00 a 1,05 (que apresentaram variações positivas), na faixa de 0,90 a 1,05 LP; as faixas de 1,05 a 1,10 LP e 1,10 a 1,20 LP (que apresentaram variações negativas), na faixa de 1,05 a 1,20 LP. A última faixa permaneceu inalterada.

3 Renda dos domicílios e mercado de trabalho

Em 2002, nota-se claramente que, à medida que se consideram domicílios com maior renda *per capita*, melhora a condição de atividade econômica dos residentes, pois a taxa de participação é maior (varia de 55% a 65%) e taxa de desemprego é menor (varia de 15,2% a 6,5%), fazendo com que a taxa de ocupação varie de 47% a 60% entre as faixas de renda *per capita* (Tabela 5). A combinação de maior atividade econômica com menor tamanho médio dos domicílios faz a relação entre não-ocupados e ocupados variar de 2,0 a 0,9. Não obstante, a participação da renda do trabalho na renda domiciliar diminuiu com a renda *per capita* dos domicílios, de 80% para 75%.

Tabela 5. Mercado de trabalho e condição de atividade dos membros dos domicílios classificados por renda *per capita*, em linhas de pobreza (LP). Brasil 2002 e 2005

Indicadores	menos 0,90 LP		0,90 a 1,05 LP		1,05 a 1,20 LP		1,20 e mais LP		Total	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Taxa de Participação	55,2	57,3	60,2	56,2	59,0	61,4	64,1	65,1	61,1	62,6
Taxa de Desemprego	15,2	16,5	10,8	13,7	10,9	11,8	6,6	6,8	9,3	9,5
Taxa de Ocupação	46,8	47,9	53,7	48,5	52,5	54,1	59,8	60,7	55,4	56,6
Não Ocupados/Ocupados	1,97	1,91	1,38	1,55	1,37	1,30	0,91	0,87	1,21	1,13
% renda do trabalho na renda domiciliar	80,0	79,1	80,6	73,9	78,3	80,4	74,6	73,1	75,1	73,5

Fonte: PNAD-IBGE.

No período examinado, ocorreram poucas alterações no estado geral do mercado de trabalho. A taxa de participação aumentou de 61% para 63%; a taxa de desemprego se manteve praticamente constante; e a taxa de ocupação passou de 55,4% para 56,6%. A relação entre os não-ocupados e os ocupados diminuiu ligeiramente, de 1,2 para 1,1; e a participação da renda do trabalho na renda domiciliar caiu também ligeiramente, de 75,1% para 73,5%.

A redução do número de domicílios com renda *per capita* abaixo de 0,9 linha de pobreza pouco modificou a condição de atividade das pessoas residentes nesses domicílios. A participação aumentou, mas o desemprego também; a taxa de ocupação aumentou muito pouco e a relação entre não-ocupados e ocupados diminuiu ligeiramente, assim como o peso da renda do trabalho na renda domiciliar. Já a faixa de 0,9 a 1,05 linha de pobreza, que recebeu uma parcela importante dos domicílios que se deslocaram da faixa inferior, passa a apresentar indicadores de participação na atividade econômica mais parecidos com os dos domicílios de menos de 0,9 linha de pobreza, afastando-se dos níveis prevaletentes entre os domicílios de 1,05 a 1,20 linha de pobreza. A participação da renda do trabalho na renda domiciliar diminuiu intensamente, sugerindo que o deslocamento dos domicílios que tinham menos de 0,9 linha de pobreza para a faixa de 0,9 a 1,05 esteve mais associado a outras formas de renda (principalmente transferências de vários tipos), do que a um melhor desempenho global do mercado de trabalho.

Na faixa de 1,05 a 1,20 linha de pobreza os indicadores de participação na atividade econômica melhoraram, e o peso da participação da renda do trabalho na renda domiciliar aumentou. Os domicílios que se deslocaram para essa faixa de renda, substituindo parcialmente os que ascenderam para as faixas superiores, promoveram o aumento da parcela da renda do trabalho na renda domiciliar. Finalmente, a faixa de mais de 1,20 linha de pobreza, na qual se ampliou significativamente o número de domicílios, praticamente mantém os indicadores de participação na atividade econômica; nela, ademais, observou-se ligeira redução da parcela do trabalho na renda domiciliar.

Em síntese, a condição de atividade das pessoas pouco mudou no período examinado. Por faixa de renda, alteração marcante neste particular ocorreu somente na faixa de 0,9 a 1,05 linha de pobreza, na qual se ampliou intensamente o número de domicílios. Nesta faixa de renda *per capita* diminuiu a atividade

das pessoas e o peso da renda do trabalho, deixando a impressão de que, na intensa passagem para essa faixa de renda de domicílios (que antes tinham renda *per capita* menor que 0,9 linha de pobreza), ajudaram mais os esquemas de transferência de renda que a ligeira melhora no estado geral do mercado de trabalho. Já o aumento do número de domicílios com renda *per capita* acima de 1,20 linha de pobreza ocorre com aumento na atividade das pessoas, o que permite ressaltar neste caso, o papel do mercado de trabalho, já que a condição de atividade das pessoas nesta faixa de renda é bem melhor do que nas demais.

Em 2002, a estrutura de posições na ocupação também é bastante diferente entre os residentes de domicílios com diferentes rendas *per capita*. Nas faixas de menor renda *per capita*, pesam mais o emprego não-formal, o serviço doméstico, o trabalho por conta-própria e os não-remunerados, o autoconsumo e a autoconstrução; e na faixa de renda não baixa pesam mais o emprego formal e os empregadores (Tabela 6).

Tabela 6. Distribuição dos ocupados por posição na ocupação segundo faixas de rendimento domiciliar *per capita*, em linhas de pobreza (LP). Brasil 2002 e 2005

Posição na Ocupação	menos 0,90 LP		0,90 a 1,05 LP		1,05 a 1,20 LP		1,20 e mais LP		Total	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Emprego formal	14,2	14,7	27,5	27,8	29,9	29,9	44,5	46,0	36,3	38,0
Emprego não-formal	23,4	22,5	24,2	21,7	21,6	21,5	16,3	16,1	18,5	17,9
Serviço doméstico	9,8	10,0	11,5	12,0	11,4	11,1	6,0	6,2	7,3	7,5
Conta-própria	26,0	26,5	23,0	21,9	23,0	24,4	20,8	19,8	22,2	21,5
Empregador	0,6	0,6	1,0	1,0	1,4	0,9	5,8	5,7	4,2	4,2
Não rem., Autocon., Autoconst.	26,0	25,6	12,8	15,6	12,6	12,0	6,6	6,3	11,4	10,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE.

No interior de cada faixa de rendimento pouco se alterou a composição das pessoas ocupadas por posição na ocupação entre 2002 e 2005. A única faixa que novamente apresentou alguma alteração é a de 0,9 a 1,05 linha de pobreza, na qual se observa redução do emprego não-formal e aumento dos não remunerados e dos trabalhadores no autoconsumo e na autoconstrução. É importante recordar que esta faixa recebeu da faixa anterior muitos domicílios, o que, como visto, provocou certa aproximação dos indicadores de atividade econômica dessa faixa e da faixa anterior, tendo diminuído a participação da renda do trabalho na renda do domicílio; contudo, não se verifica o mesmo com a estrutura de posições na ocupação, que continua melhor do que a da faixa inferior de renda *per capita*. Em outras palavras, a condição de atividade piorou entre os residentes em domicílios de renda *per capita* entre 0,9 e 1,05 linha de pobreza, mas as posições na ocupação continuaram melhores do que a faixa de renda inferior. A participação na atividade econômica dos residentes nesses domicílios não melhorou, mas a posição na ocupação das pessoas que trabalham melhorou, com maior peso do emprego formal e menores participações de trabalhadores por conta-própria e de não-remunerados, autoconstrução e autoconsumo.

Em todas as faixas de renda *per capita* o rendimento do trabalho na ocupação principal melhorou ligeiramente com a diminuição de pessoas ganhando menos que o salário mínimo de 2005 e o aumento das pessoas ganhando entre um e dois salários mínimos de 2005. Essa melhora afetou principalmente os domicílios com renda *per capita* mais baixa, nos quais a redução do número de pessoas ganhando menos que um salário mínimo de 2005 foi respectivamente de 5,2; 6,1 e 7,2 pontos percentuais. Já entre os domicílios com renda *per capita* superior a 1,2 linha de pobreza, a diminuição de pessoas ganhando menos que o salário mínimo de 2005 foi de 3,7 pontos percentuais (Tabela 7).

Tabela 7. Distribuição dos ocupados por faixa de rendimento na ocupação principal segundo faixas de rendimento domiciliar *per capita*, em linhas de pobreza (LP). Brasil 2002 e 2005

Faixas de Rendimento Ocupação Principal (salários mínimos de 2005)	menos 0,90 LP		0,90 a 1,05 LP		1,05 a 1,20 LP		1,20 e mais LP		Total	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
	menos 1 SM	71,3	66,1	53,9	47,8	48,5	41,3	21,0	17,9	36,0
1 a menos de 2 SM	19,5	24,4	34,5	39,7	37,8	44,3	30,5	34,5	28,3	33,1
2 a menos de 3 SM	2,1	2,6	6,8	7,7	8,7	9,3	16,1	17,9	11,9	13,9
3 a menos de 4 SM	0,6	0,6	1,4	1,4	2,1	1,9	14,3	13,2	9,9	9,6
5 a menos de 10 SM	0,2	0,2	0,3	0,5	0,5	0,6	10,6	9,7	7,2	6,9
10 SM ou mais	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	6,3	5,8	4,3	4,1
ignorado	6,2	5,9	2,9	2,8	2,3	2,4	1,1	0,9	2,4	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE.

O salário mínimo, entretanto, passou de R\$ 200 para R\$ 300 (aumento de 50%) e a inflação nos três anos considerados foi de 31,2%. Deste modo, o salário mínimo de 2005 em 2002 vale 14,4% a mais do que o salário mínimo vigente. Por esse motivo, alguns trabalhadores que ganhavam menos que o salário mínimo de 2005 em 2002, tinham renda maior que o salário mínimo deste último ano. O aumento do poder de compra do salário mínimo, no período, certamente contribuiu para elevar a renda dos trabalhadores com remuneração próxima ou apenas pouco maior que o salário mínimo, ajudando a diminuir a proporção de trabalhadores ganhando menos que o salário mínimo de 2005, colocando esses trabalhadores na faixa de 1 a 2 salários mínimos de 2005.

Um exercício permite destacar a importância do aumento do valor do salário mínimo para a redução da fração de domicílios com renda *per capita* muito baixa. Este exercício consiste em fixar patamares de renda *per capita* diferentes para 2002 e 2005, de modo que a distribuição dos domicílios por faixas de renda *per capita* sejam semelhantes nos dois anos. Assim, os domicílios de renda muito baixa em 2002 teriam renda *per capita* menor que 0,9 linha de pobreza e os domicílios que não teriam renda tão baixa, neste mesmo ano, teriam renda *per capita* acima de 1,05 linha de pobreza; no ano 2005, esses cortes de renda *per capita* são estabelecidos respectivamente em 1,05 e 1,20 linha de pobreza. As distribuições dos domicílios entre essas faixas de renda *per capita* são muito parecidas nos dois anos considerados e o tamanho médio dos domicílios dessas faixas diminuem em proporções semelhantes (3,3%; 5,1% e 4,7%, respectivamente; no total, a queda do número médio de pessoas por domicílio foi de 3,9%). A diferença entre os patamares de renda *per capita* dos dois anos, que mantém semelhante a distribuição dos domicílios nessas faixas de renda *per capita*, é equivalente ao aumento de quase 15% constatado no valor do salário mínimo entre os anos considerados (Tabela 8).

Tabela 8. Distribuição e tamanho dos domicílios por faixa de renda *per capita*, em linhas de pobreza (LP). Brasil 2002 e 2005

Faixas de renda <i>per capita</i> em linhas de pobreza (LP)	2002			Faixas de renda <i>per capita</i> em linhas de pobreza (LP)	2005		
	Domicílios %	Tamanho	% renda do trabalho		Domicílios %	Tamanho	% renda do trabalho
menos de 0,90 LP	25,3	4,55	80,0	menos 1,05 LP	26,1	4,40	77,6
0,90 a 1,05 LP	3,9	4,30	80,6	1,05 a 1,20 LP	3,7	4,08	80,4
1,05 e mais LP	68,8	3,20	74,7	1,20 e mais LP	68,4	3,05	73,1
ignorados	2,0	3,70	-	ignorado	1,8	3,48	-
Total	100,0	3,59	75,1	Total	100,0	3,45	73,5

Fonte: PNAD-IBGE.

O aumento do valor do salário mínimo entre 2002 e 2005, o razoável desempenho do mercado de trabalho *vis-à-vis* o escasso aumento da atividade econômica, as transferências de renda para as famílias mais pobres e a diminuição do tamanho médio dos domicílios decorrente da dinâmica demográfica parecem ter deslocado para cima uma suposta linha de pobreza relativa numa proporção semelhante à do aumento do valor do salário mínimo, mantendo-se a distribuição dos domicílios com renda *per capita* abaixo desta linha de pobreza relativa, no entorno desta linha de pobreza e com renda *per capita* acima desta linha de pobreza relativa.

Conclusão

A renda *per capita* dos domicílios aumentou muito pouco, entre 2002 e 2005, mas foram significativas as mudanças na distribuição dos domicílios por faixa de renda *per capita*, diminuindo de 25,3% para 20,6% a proporção de domicílios com renda *per capita* inferior a 0,9 linha de pobreza e aumentando de 64,5% para 68,4% a fração de domicílios com renda *per capita* maior que 1,2 linha de pobreza.

Nessas alterações da distribuição dos domicílios por nível de renda pesaram a dinâmica demográfica do país (por meio da qual o número de domicílios continua a aumentar, e diminui o número de pessoas por domicílio), os programas de transferência de renda, a elevação do valor do salário mínimo e a ligeira melhora do estado geral do mercado de trabalho e do grau de formalização das relações de trabalho.

O desmembramento dos domicílios em novos, o que faz aumentar o número de domicílios e reduzir o número de pessoas por domicílio, conjugado com um aumento da renda dos domicílios de menor renda *per capita*, provocou as expressivas alterações na distribuição dos domicílios conforme o nível da renda, diminuindo o número de domicílios com renda *per capita* abaixo de 0,9 linha de pobreza e ampliando o número de domicílios com 0,9 a 1,05 e mais de 1,20 linha de pobreza.

Outra avaliação da magnitude das mudanças na distribuição de renda dos domicílios é proporcionada pelo exercício de fixar duas linhas de pobreza diferentes para os dois anos considerados, de modo que as distribuições dos domicílios sejam semelhantes. Neste caso, a diferença entre os valores das linhas de pobreza indica a magnitude do aumento da renda *per capita* dos domicílios de menor renda. No caso, a diferença equivale aproximadamente ao aumento do valor do salário mínimo entre 2002 e 2005.

Nas três faixas de renda *per capita* especificadas no exercício, a diminuição do tamanho médio dos domicílios foi semelhante e o peso da renda do trabalho é relativamente baixo na faixa de menor renda *per capita* em 2005, sugerindo a importância dos diversos esquemas de transferência de renda para esses domicílios.

Num país subdesenvolvido, entretanto, em que se espera que o desenvolvimento venha a melhorar substancialmente a vida da população, parece pouco reduzir de 25,3% para 20,6% a proporção de domicílios com renda *per capita* inferior a 45% do valor do salário mínimo de 2005, aumentando de 64,5% para 68,4% a proporção de domicílios com renda *per capita* maior que 60% daquele mesmo salário mínimo.

Bibliografia

BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Unicamp/IE/Cesit, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf>.

BALTAR, P.; LEONE, E. Contradições das relações de trabalho sob a influência neoliberal no Brasil. In: PRIMER COLÓQUIO DE ECONOMIA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO, Santiago do Chile, Nov. 2006.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. Enfim, esperança de réquiem para a tese da inempregabilidade. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Unicamp/IE/Cesit, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf>.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LEONE, E. A mulher no atual mercado de trabalho. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Unicamp/IE/Cesit, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral7.pdf>.

LEONE, E.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. *Envelhecimento das pessoas e mudanças na composição das famílias brasileiras num contexto de estagnação da renda*. Campinas: Unicamp/IE/Cesit, 2006. Mimeografado.